

A LEITURA DO "DAS KAPITAL" COMO MEIO DE TRANSFORMAÇÃO

GERÔNIMO WANDERLEY MACHADO (*)

Assim como o capital-dinheiro, na mão do capitalista, é instrumento de transformações - frequentemente danosas para a natureza e para a sociedade - em favor de alguns indivíduos, "O Capital", obra fundamental de Karl Marx, também, se constitui num poderoso meio transformador das idéias, da natureza e da sociedade, em favor da quase totalidade. É suficiente considerar os grandes acontecimentos políticos mundiais, a partir de 1867 - ano de sua publicação - passando pela "Comuna de Paris" - de 1871, pela prévia da "Revolução Russa" - 1905, pela efetiva "Revolução de outubro de 1917", pelas mudanças de regimes políticos e sociais de toda a Europa, da China, da Indochina, da Coreia - imediatamente após a II Guerra Mundial - e pelas mais recentes derrotas do capitalismo no Caribe e na América-Central, na África do Norte, na África Negra e noutras partes da Ásia - no decorrer dos anos 60 e 70. (Entre os países que mais recentemente se libertaram das amarras do capitalismo contamos: Cuba, Argélia, Iemem Democrático, Vietnam, Camboja, Laos, Angola, Moçambique, Etiópia, Nicarágua, etc.).

Parece claro que no âmbito intelectual e, especificamente, no das Universidades, as leituras e releituras de Marx - desde 1844 - produziram resultados com as mais diversas significações, em termos de avanços: ampliação, interpretação, análise das questões teóricas, das práticas políticas reais e dos problemas ideológicos, resolvidos ou não por Marx, assim como, em termos das derivações metodológicas, entre as quais se pode incluir, seguramente, o estruturalismo da CEPAL e de Levi-Strauss. (São ramos desta mesma árvore a "New Left" dos EUA, a vertente do CME - Capitalismo Monopo-

(*) Professor do Departamento de Economia da UFSC e Coordenador de Extensão

TEXTOS ECON.	FPOLIS	SC	N.2	Pg.99-101	JUNHO	1987
--------------	--------	----	-----	-----------	-------	------

lista de Estado - da França, o Eurocomunismo do PCI - Comunistas Italianos -, possivelmente os Economistas do ISEB e do CEBRAP - Brasileiros, além de outros focos da esquerda intelectual-universitária e livresca, do Brasil e de outros cantos do mundo).

As leituras individuais de Marx, como qualquer tipo de leitura, naturalmente, produzem progressos intelectuais preciosos para o leitor. Todavia, a experiência dos grupos de leitura coletiva, com discussão em profundidade e em profusão dos textos lidos, com a preocupação de tentar esgotar e de levar a fundo e às últimas conseqüências o processo de apreensão e interpretação dos textos redonda, seguramente, na sua máxima absorção e na maior captação da força transformadora das concepções e das atitudes individuais e coletivas, no sentido revolucionário.

As formas coletivas de trabalho intelectual: leitura, discussão e produção de textos, com as intervenções individuais dentro do grupo, produzem uma dinâmica de trabalho cujos resultados, para os participantes, em termos de "apropriação" do conteúdo e de absorção do método é, sem nenhuma dúvida, inigualável.

No plano individual, a experiência do autor destas linhas confirma o fato de que o ganho com a leitura isolada e individual é muito importante, no processo intelectual. No entanto, sua experiência em grupos de leitura e discussão de "O Capital" se revelou, incomparavelmente, mais rica e proveitosa. É verdade que, em certos dias, em reuniões de mais ou menos quatro horas com, em média, seis pessoas - incluindo estudantes e professores universitários de diversas disciplinas - não se passou, ou não se foi além, da leitura e discussão de um, de apenas um, parágrafo de meia dúzia de linhas de "O Capital". Mas, aí, todos leram, releeram e leram mais outras vezes, interpretaram, discutiram, levantaram dúvidas sobre o texto, os fatos, as traduções, as opiniões e interpretações dos demais, presentes ou não e, assim, ao final, assimilava-se muita coisa, de modo integral e não só do texto mas, também, da vida real. Isto se dava de modo "não automático" mas sim como parte de um enorme trabalho de digestão intelectual que produz, certamente, um efeito de grande autonomia com relação ao conteúdo lido e ao processo de produção e de difusão do conhecimento, em geral, e, especialmente sobre o qual o grupo se ocupou, considerando, também, sua concepção, metodológica e seus efeitos possíveis

sobre a vida individual e social.

A forma do trabalho intelectual sobre a qual aqui se faz apologia engendra um processo de apropriação da concepção e da metodologia do materialismo histórico e dialético que é, a uma só vez, conteúdo e forma de "O Capital". E, isto se dá de modo contínuo, crescente, sem desperdícios e com possibilidades de uso imediato e concomitante, seja no plano da produção intelectual, seja no plano da intervenção político-ideológica imediata, tendo em vista que redefine as atitudes, em todos os sentidos: na vida em geral, no trabalho profissional, na ação administrativa, nos partidos políticos, na luta sindical, etc. Neste mesmo sentido, a apropriação específica do método de exposição de "O Capital" se expressa pelo estudo e descrição das formas concretas assumidas pelos interesses, pelas lutas e pelas práticas políticas, econômicas e sociais ocorridas nas mais diversas formações sociais e em todas as épocas da História e, com relevância, na sociedade que se caracteriza pelo modo de produção capitalista que é analisado e dissecado de modo coerente, integral, lógico e histórico. Claro é que, por isto tudo, esta obra de Marx também se torna, praticamente, inatacável, incorrosível, indestrutível e revolucionária. Isto a cristaliza e a transforma em poderoso instrumento de avanço intelectual e de transformação revolucionária da sociedade e da natureza e, sobretudo, se este poderoso instrumento estiver em mãos ou se for usado pelo proletariado para suprimir as contradições do capitalismo e avançar na direção do socialismo.

A PROPRIEDADE

GERÓNIMO WANDERLEY MACHADO (*)

A propriedade é, tem, e define o caráter das coisas e das relações. Ela contém o caráter de domínio e é a expressão de uma forma concreta de dominação e de exploração. Ela também define as classes no interior de todas as sociedades: temos a classe dos proprietários privados e pessoais dos meios e instrumentos de produção e, pelo seu inverso ou pelo seu reverso, se define a classe dos não proprietários, a daqueles que tem como única propriedade a sua energia pessoal, a força de trabalho intelectual e manual e alguns poucos bens, equipamentos e instrumentos de uso pessoal. como: casa, veículo, móveis e utensílios, etc. A classe dos proprietários também possui a sua energia que é constituída pelos meios de produção: pequenos, médios e grandes, situados e estabelecidos nos campos e nas cidades, constituídos por terras, minas, indústrias, comércio, bancos, isto é, hoje, pelo capital que tem como sua configuração mais concreta o dinheiro

Se numa sociedade a propriedade tem este caráter dominante e de classes, estas classes, como se viu, apresentando interesses diferentes, opostos e antagônicos, é lógico que esta situação as conduz a lutas entre elas e, portanto, a luta de classes que, por sua vez, configura e produz como resultado o que conhecemos como motor da História da sociedade.

Embora a sociedade capitalista se caracterize por estas duas grandes divisões dominantes, como já ficou indicado, entre elas nós temos, todavia, uma certa quantidade de frações da classe dominante que, na sociedade ocidental moderna é a classe dos capitalistas, dos proprietários dos meios de produção; o capital e frações da classe trabalhadora, proprietária da força de trabalho. No interior destas frações das classes temos lutas por interesses

(*) Professor do Departamento de Economia da UFSC e Coordenador de Extensão

TEXTOS ECON.	FPOLIS	SC	N.2	Pg.102 -104	JUNHO	1987
--------------	--------	----	-----	-------------	-------	------

que são divergentes e contraditórios mas que não são e que não colocam estas frações em posições de antagonismo absoluto. Tanto que, nas horas dos mais sérios confrontos da luta entre as duas classes, suas respectivas frações, em geral, tendem a se alinhar, do mesmo lado, com rapidez e com perfeição, em função de seus interesses materiais e ideológicos mais gerais, para manter o seu sistema de interesses, sobretudo, no caso das frações de capitalistas.

Nesta luta é, também, bom, destacar que uma parte fundamental dela é a luta econômica, a luta pela sobrevivência que, no geral, não leva ao confronto definitivo e final e não remete, portanto, à superação das contradições de classe, nem à superação de uma classe pela outra. É bom, também, considerar que a luta econômica conduz a reformas e, também, promove avanços na direção de situações que podem ser consideradas limite para cada classe. Para os trabalhadores o limite é o socialismo. Para os capitalistas o limite é o "não capitalismo", na medida em que, se todos, todos se tornarem proprietários de capital, ou que tudo pertença a um só proprietário, o capitalismo, quer-nos parecer que aí já não existira mais. Mas deixemos este tipo de especulação para futuras oportunidades e outras investigações!

De tudo o que foi dito acima pode-se concluir que as formas de propriedade conduzem às formas das classes, que estas, por sua vez, conduzem à luta, que tal luta é o motor da História e que, nesta História das lutas nós já teremos, necessariamente, os partidos das respectivas classes, cujos projetos políticos e configurações ideológicas constituem as políticas e os projetos das classes entre os quais os da classe capitalista são: manter a propriedade privada de todos os meios de produção no seu "status quo ante" e, os da classe trabalhadora são: extinguir esta apropriação privada de todos os ditos meios de produção e generalizar a "não propriedade privada" de todos os meios ou, simplesmente, generalizar a propriedade social, a propriedade coletiva e/ou do Estado da classe trabalhadora o que configura, então, a forma de vida, de organização social e de Estado socialista.

Entendida desta maneira a questão em exame configura o seu caráter dialético, de movimento, em revolução, em transfor-

mação constante, através da História e não a idéia ou a concepção positivista ou dogmática e mecânica, da propriedade, da sociedade e das classes. Por estas razões a questão da forma de luta que o processo de transformações requer apresenta, certamente, diversas possibilidades. Realizam-se transformações sociais significativas através de todas as formas de lutas económicas e políticas que se podem dar pela via da luta sindical, parlamentar, democrática, insurrecional, armada e, portanto, de confronto absoluto e total ou parcial. Esta questão das formas de luta, portanto, em nosso entendimento, assume um carácter de derivada da questão central que nos interessa que é a transformação da propriedade e da sociedade. Queremos dizer que se obtêm transformações por todas as formas de luta o que temos que fazer é saber aplicar aquela que em cada momento é a mais apropriada e a que melhor corresponda às possibilidades das forças em jogo para se obter o resultado que se quer que é operar as transformações pelas quais se luta. As formas de luta são, portanto, elementos de natureza tática, por isto as denominamos de derivadas, elas são meio, instrumento para atingir o fim que é a estratégia, o projeto estratégico e final de sociedade. Portanto, a tática fica subordinada e se deriva, fica sujeita e se circunscribe ao limite da correlação das forças políticas em luta, submetida ao balanço e à avaliação das forças das classes para, então, se definir como se vai atingir o fim que se pretende. Finalmente, a forma da propriedade que se transformará em dominante, se a privada ou se a social, se o capitalismo ou se o socialismo, deverá resultar, e já resultou, deste processo de luta e de transformação.

GREVE DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS

GERÔNIMO WANDERLEY MACHADO (*)

A greve é uma forma de luta política da classe trabalhadora que coloca na ordem do dia toda a sua força com o objetivo de romper os impasses nas negociações de suas reivindicações com os patrões. Este instrumento de lutas dos trabalhadores constitui sua força principal no sentido de, inclusive, tomar o poder da classe capitalista.

Existem, todavia, no conjunto da classe trabalhadora, pelo menos, duas concepções dominantes no que diz respeito à greve enquanto meio de luta. Há uma tendência política muito forte que, por qualquer razão, com ou sem negociação, com ou sem impasse, parte para a greve: por categoria, por unidade de trabalho e até para a greve geral. Há, todavia, uma outra tendência política, também muito forte, que só aposta na greve depois de definida sua pauta de reivindicações e, após dados todos os passos, sobre todas as formas de negociação, entre os patrões e os assalariados. Greve então só quando se estabelecer o impasse. Neste momento sim, a classe trabalhadora deve decretar sua greve como forma forte, última e definitiva para quebrar o impasse gerado pelo patrão e garantir a conquista das reivindicações dos trabalhadores.

Para o patrão, os impasses gerados nas negociações das reivindicações dos assalariados se resolve por tres formas básicas: primeiro, o patrão ameaça e demite os empregados, nas situações de impasses; segundo, ao sentir a resistencia dos trabalhadores ele chama a polícia do seu "Estado burgues e de sua classe", reprimindo com violência a "greve" dos empregados; e, terceiro, se ele for um patrão civilizado, liberal e legalista, "respeitador"

(*) Professor do Departamento de Economia da UFSC e Coordenador de Extensão
Artigo escrito no início de abril de 1987, durante a greve.

TEXTOS ECON.	FPOLIS	SC	N.2	Pg.105-108	JUNHO	1987
--------------	--------	----	-----	------------	-------	------

das regras e das leis de sua democracia, instalado o "dissídio", com ou sem greve, ele recorre aos seus tribunais onde seus juízes julgam o "dissídio", "julgam" a greve dos trabalhadores e superam o impasse.

Como vemos, então, nestes aspectos da luta de classes para a solução dos impasses ou dissídios entre os patrões e os trabalhadores, temos duas arenas de poder para superar os seus conflitos. O patrão usa sua força pessoal, política e econômica, usa a polícia do seu Estado e o seu Tribunal de classe. O trabalhador usa a sua Assembléia Geral, faz sua greve, usando de todo o seu poder.

Mas, é preciso, ainda, pensar-se melhor o caráter e a natureza da greve como instrumento de intermediação e de confronto para solucionar a luta entre as classes: patronal e trabalhadora. Isto se poderá fazer noutra ocasião e noutra oportunidade. Agora, contentar-nos-emos em externar nossa opinião e apreciar, rapidamente, o caso da greve dos Professores Universitários do Brasil. Levaremos em consideração aquela de 1984 e a que ocorre nos dias de hoje, abril de 1987.

Em 1984 a unanimidade dos Professores entrou em greve e nela eles foram acompanhados pelos funcionários das Universidades e pela massa estudantil, com o objetivo de conquistar todas as reivindicações do Movimento Docente: salários decentes para os docentes e para os funcionários; mais verbas para custeio, para a reposição e novos investimentos nas Universidades Brasileiras; garantia de ensino público, gratuito e de boa qualidade; melhores condições de ensino e de trabalho para os professores e pesquisadores, etc. Por tudo isto, após 84 dias de greve e de lutas, desgastados, desorganizados e desmoralizados, os professores e funcionários voltaram ao trabalho. Os ganhos obtidos não passaram de miragens. As conseqüências daquelas inconseqüências foram imensas. O desgaste do Movimento Docente só veio a ser "superado" três anos mais tarde, ao se retomar a presente "campanha salarial" que nos dá este folego atual. Hoje os Docentes estão em greve, novamente, e, desta vez, a data da greve foi estabelecida por, exatamente, metade mais nove votos dos, aproximadamente, 300 professores presentes na Assembléia Geral de 24/03/87. Precisamente por 132 a 123 votos.

Passado quase um mês de greve os Professores continuam não convencidos da oportunidade e da razão de nossa greve; os estudantes estão divididos e, em parte, muito hostis a ela; e, os funcionários, não só não estão em greve, como estão contra esta nossa greve por que ela, de algum modo, está-lhes prejudicando, na medida em que podemos estar colocando em risco a "Isonomia Salarial" tornada Lei, com a qual eles ganhariam um acréscimo salarial de ordem média superior a 50%. Nossas reivindicações principais eram a Isonomia Salarial intra autarquias e fundações e entre estas duas categorias de estabelecimentos de ensino superior subordinadas ao Ministério da Educação; mais verbas para custeio e capital das Universidades; ensino público, gratuito e de bom nível, melhores condições de trabalho e de pesquisa para os docentes; aposentadoria integral, etc.

Esta pauta de reivindicações está mobilizando a coletividade Universitária? Ela está convencendo aos interessados? Os estudantes e os cidadãos em geral estão conhecendo e respeitando as reivindicações e as condições dos professores e da Universidade brasileira? Não se sabe! Tudo isto parece nebuloso! O fato é que esta pauta não está mobilizando, realmente, aos seus interessados diretos. Sua parte substantiva, a Isonomia Salarial já foi tornada Lei, falta-lhe a regulamentação: acesso, promoção, aposentadoria, tabela salarial, etc. E, o substantivo, o seu princípio já estava conquistado, politicamente, antes da greve, por "acordo" da ANDES, FASUBRA, CRUB e MEC. Quer dizer, esta greve não começou com um impasse, ela estabeleceu o impasse do qual estamos com evidentes, mais uma vez, dificuldades de superar.

Há, ainda, itens, em nossa pauta de reivindicações que não convencem aos interessados e que não lhes mobilizam. O Movimento Docente resiste mais por suas reivindicações econômicas e corporativas, no entanto, por suas características de movimento deste tipo e de cunho classista pequeno-burgues, logo às primeiras "ameaças" do patrão, e elas virão, ou logo após algumas migalhas ele se esvai. Por isto, é muito arriscado prolongar-se, exageradamente, estas nossas greves. É necessário termos a medida exata de nossas forças e de nossas condições de resistencia. Não é acumulador para os docentes os excessivos desgastes que as lide

ranças equivocadas lhes impõem. A unidade de ação tem que ser cons
truída na greve. São as vitórias que dão resistencia ao movimento
e que lhe educam para novos embates. O desperdício de energias só
favorece aos nossos adversários.

PMDB, NOVA REPÚBLICA E GREVES NOS SERVIÇOS PÚBLICOS

GERÔNIMO WANDERLEY MACHADO (*)

O MDB, tanto quanto o PMDB, sempre se posicionou favoravelmente, sempre lutou e tem escrito, claramente, no seu programa político, o objetivo de estabelecer e respeitar: o mais amplo direito e a maior liberdade de greve, em todos os níveis e para todas as categorias de trabalhadores; a mais ampla reposição de todas as perdas salariais para todos os trabalhadores que tiveram seu poder real de compras reduzido pelas políticas de arrocho e de achatamento salarial dos vinte anos das últimas ditaduras militares; o mais amplo e total direito à sindicalização, à organização e à atividade sindical de todas as camadas de trabalhadores; os mais amplos programas de redistribuição de rendas e de eliminação da pobreza e da miséria absoluta; a mais ampla taxação ao capital, ao direito de sucessão, aos ganhos parasitários do capital especulativo; a mais ampla justiça tributária, para aliviar as categorias assalariadas tributando, progressivamente, aos mais ricos; etc.

Estes eram compromissos históricos e bandeiras fortes e que ninguém tirou e nem pode tirar do velho MDB e do atual PMDB. Lutando por elas os outrora e atuais embaixadores peemedebistas de fibra enfrentaram todas as formas de repressão da ditadura, foram cassados e sofreram exílios, prisões, torturas, perdas de seus empregos, dificuldades familiares e até psicológicas. Mas foi com os compromissos acima citados que o PMDB conquistou e que o povo o levou, através de muitos vereadores, prefeitos, deputados e senadores - verdadeiros heróis do povo - a muitas Prefeituras e a muitos Governos Estaduais, desde 1966 e, sobretudo, em 1974, 76, 78 e 1982, por este Brasil afora. Foi com isto tudo que

(*) Professor do Departamento de Economia da UFSC e Coordenador de Extensão
Este artigo foi concluído em 25/05/1987.

TEXTOS ECON.	FPOLIS	SC	N.2	Pg.109 - 113	JUNHO	1987
--------------	--------	----	-----	--------------	-------	------

o MDB forjou e que o PMDB materializou as "Diretas-já!", a partir de 1983. Por este caminho ele conquistou a Presidência da República, pelas "indiretas do colégio" de 15 de janeiro de 1985, contando com os estrategistas liberalizantes Ulisses Guimarães e Tancredo Neves. Foi isto que, ao final, os levou ao Governo de uma nação e de um Estado que se reencontrou com o povo, permitindo dar andamento à transição democrática, abandonando o autoritarismo militar da república senil para alcançar os novos ares, saudáveis e democratizantes de uma república renovada.

Hoje, já são passados mais de dois anos de Nova República e mais de dois meses de política de governadores do PMDB. O povo continua oscilando entre decepções, frustrações e efêmeras alegrias. Mas ao que parece há, cada vez menos, gente disposta a curtir e a remoer velhos descasos e a amargar governos repressivos, autoritários, irresponsáveis e, seguidamente, descumpridores dos compromissos pregados e assumidos nas praças públicas. O espaço da convivência apenas com a esperança está se reduzindo e a impaciência popular é crescente. O que todos querem agora é a concretização dos compromissos históricos do PMDB que nos governa de alfa a omega. O que se quer agora são programas e propostas claras e concretas. Quer-se a elucidação das promessas feitas e sua transformação imediata em leis e em efetiva melhoria das condições de vida do povo e da nação. As maiorias parlamentares e executivas do PMDB: dos Municípios, dos Estados e da República precisam provar que superaram o autoritarismo, a levandade e o atendimento incondicional e prioritário das exigências dos imperialistas, latifundiários, mineiros, usineiros, industriais, comerciantes e banqueiros, enfim, dos capitalistas e monopolistas. O programa político do PMDB tem que ser, hoje, transformado em leis e em propostas orçamentárias, em programas e projetos para a execução imediata, com os respectivos calendários de aplicação. Os trabalhadores não exigem tudo para já, eles sabem que isto é impossível, mas eles esperam propostas definitivas do PMDB e da Nova República de governos eleitos, civilizados e de transição. Isto eles, hoje, já tiveram tempo de explicitar e de tornar público, como garantia de credibilidade e de confiança do povo nos políticos. Precisamos de compromissos efetivos, claros, com calendários e datas de execução na forma de leis. Chega de evasivas, senhores do PMDB

e da Nova República! O povo está impaciente e confuso. Onde está o plano econômico de crescimento da indústria e da agricultura, onde está a reforma agrária, onde está a reforma bancária, onde está a reforma urbana, onde está a reforma educacional, onde está o firme e claro tratamento das dívidas externa e interna, onde está a política salarial de recuperação clara do poder de compra de todos os salários e, especialmente, do salário mínimo, onde está a reforma e a justiça tributária, onde estão os planos de redução da miséria absoluta, onde estão os planos de melhoria dos transportes de massa e de mercadorias pelas vias férreas, aquáticas e de menores custos, onde estão os planos de preservação do meio-ambiente e da natureza, onde estão os planos de criação e de melhoria do lazer para as camadas populares, onde estão os planos de habitação para o povo, onde estão os planos de melhorias efetivas dos serviços públicos, onde estão os planos de efetiva previdência e proteção da saúde e da terceira idade, onde estão os planos de melhoria da família e das crianças, enfim, onde estão as promessas do PMDB?

Os servidores públicos, especialmente, dos Municípios, dos Estados e da União, todos querem ver planilhas claras, dos seus patrões e, com urgência. O PMDB-patrão não pode ser pior do que a patroa ditadura. Os funcionários públicos estão recusando o troféu de bode expiatório do déficit público e da inflação. Eles exigem que os seus patrões cumpram a lei. Eles estão preocupados em verem os patrões privados cumprirem as leis salariais e os patrões públicos se recusarem a fazê-lo. Cuidado, PMDB! Estamos todos cansados da humilhação imposta pela república senil e autoritária. Os barnabés querem e precisam ser valorizados e respeitados, para que possam revalorizar todos os tipos de serviços públicos que prestam a todos os cidadãos brasileiros. Está na hora da contrapartida-compromisso da Nova República do PMDB, para que nestes se confie e se acredite.

Neste momento é fundamental que a República do PMDB planeje a execução dos compromissos e das respostas acima referidas e, especialmente, aos servidores públicos, em todos os níveis: Prefeituras, Estados, União Federal, Empresas Públicas, Autarquias Federais e Fundacionais. Reformas Administrativa e Educacional e uma efetiva Política Salarial, além do Plano de Crescimento Econômico, em bloco, são medidas que o PMDB não pode deixar de assumir,

já sob pena de, se não o fizer, desacreditar-se totalmente e mergulhar a nação numa crise profunda e de descrédito da atual Constituição que foi sua principal marca e proposta em todos estes anos e é o mais elevado instrumento de concretização de um duradouro, sério e firme pacto político, econômico e social.

Ousamos sugerir que a Nova República do MPDB e da transição democrática comece por aprovar uma lei salarial que garanta um mínimo de distribuição de rendas através de aumentos trimestrais reais e progressivos, crescentes e de, pelo menos 5% acima dos aumentos salariais decorrentes das efetivas taxas de inflação. Esta reposição deverá corrigir, periodicamente, a cada três meses, todos os salários. Um dos seus objetivos seria chegar a um salário mínimo e real que garanta a sobrevivência digna e efetiva de cada trabalhador e de sua família. De modo que se vá retomando os níveis salariais do ano de melhor salário para cada categoria ou o do padrão salarial médio definido para a sociedade brasileira, com a participação das categorias interessadas, de maneira que se contemple o trabalhador com um nível e uma qualidade de vida material e espiritual correspondente a sua produção efetiva e as suas necessidades. Neste sentido, um objetivo claro seria o de, no prazo de cinco anos esta nova política salarial proporcionar, a todo trabalhador, do campo e da cidade, um salário mínimo equivalente a 300 dólares mensais.

Finalmente, são compromissos desta ordem que precisam ser adotados pela Nova República e pelos Governadores e Prefeitos do PMDB. São propostas deste tipo que poderão levar o Governo a reencontrar a confiança e a credibilidade perdidas. Será desta maneira que o Governo e o PMDB poderão demonstrar que são capazes de administrar a coisa pública e respeitar os direitos dos cidadãos, pela via de compromissos acima de tudo democráticos e de acordo com as promessas que eles fizeram e com as bandeiras que eles sempre acenaram para o povo.

Portanto, é com a efetiva participação, engajamento e consideração dos direitos e da contribuição do cidadão servidor-público, de todos os níveis e de todo o país que a já descuidada Nova República poderá recuperar o seu velho prestígio. Assim, Prefeitos, Governadores e Senhor Imperador Ribamar, os trens poderão tomar, efetivamente, os trilhos e, pelo menos, as greves nos serviços

públicos poderão ser reduzidas. As reivindicações dos servidores públicos são mais do que justas, ninguém mais do que eles teve o seu padrão de vida tão achatado pelos desgovernos da ditadura militar. Eles não podem continuar aceitando que Maria Antonieta só lhes ofereça circo e chicote no lugar de arroz e feijão.